

BRUNO PUCCI (*)

P R E S S U P O S T O S

D A

E D U C A Ç Ã O

P O P U L A R (**)

(*) **BRUNO PUCCI** é licenciado em Teologia e Doutor em Filosofia da Educação. Atualmente, está implantando o programa de PÓS-GRADUAÇÃO, na Universidade Federal do Mato Grosso, em Cuiabá.

(**) Gravação da palestra pronunciada no 1º ENFIL-Encontro de Filosofia - na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba, em 21 de outubro de 1983.

I - O Contexto da Educação Popular no Brasil

O primeiro pressuposto básico da Educação Popular é o seguinte: não se pode pensar a EP fora de um contexto sócio-econômico-político-religioso, ou seja, fora de uma totalidade histórica.

Para entendermos as experiências de EP que acontecem nos dias de hoje, é preciso que as mesmas sejam contextualizadas historicamente. Nesse sentido, é preciso entendê-las dentro de momentos básicos vividos na história dos nossos últimos vinte anos. O primeiro momento básico são as tentativas de EP realizadas nos anos 60 a 64. Vivíamos, na época, um modelo econômico nacional desenvolvimentista, isto é, tentavam as nossas classes dominantes (a burguesia nacional, auxiliada em parte pelo capital multinacional) desenvolver o País a partir de uma tecnologia mais nossa. O modelo político existente era o populista, ou seja, os que estavam no poder precisavam do apoio político das classes trabalhadoras, sobretudo do chamado operariado urbano, e para tal eram obrigados a conceder certos favores. E dentro desse contexto, que os trabalhadores começam a aprofundar suas organizações, seja os trabalhadores urbanos (principalmente os ferroviários, os portuários, os condutores autônomos, os tecelões), seja os trabalhadores rurais (através do processo de sindicalização). As Ligas Camponesas do nordeste são um exemplo bem característico da organização dos rurais, a partir de suas necessidades básicas.

E dentro desse espaço concedido-conquista do que aparecem algumas experiências de EP. À medida que as massas vão crescendo, vão se organizando, vão exigindo participação maior no poder; a educação se lhes aparece como instrumento fundamental nessa caminhada.

As experiências de alfabetização de adultos, desenvolvidas por Paulo Freire, têm início nesse mo-

mento. São algumas experiências nordestinas, vinculadas à Universidade, que progressivamente (devido à sua rapidez no alfabetizar e devido também à sua proposta inovadora), vão atingir outros setores do país, ganhando inclusive o apoio do Ministério da Educação e Cultura da época. E disso se entende bem o porquê. Para Paulo Freire e para os que pensavam como ele, esse método de alfabetização era um instrumento de educação política e cultural muito importante para os trabalhadores. Para os setores do poder, pessoas alfabetizadas significavam mais votos para sustentar o regime populista vigente.

Outra experiência de EP foi o MEB - Movimento de Educação de Base -, vinculado à Igreja Católica, com apoio oficial da CNBB e da própria Presidência da República (no momento, Jânio Quadros, 1961). Era um tipo de EP, de alfabetização que aconteceu nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, junto aos camponeses, através de aparelhos radiofônicos e monitores. Nessa época, a Igreja Católica, com medo do avanço do comunismo no campo (os ares da Revolução Cubana, 1959, sopravam fortemente), exortada veementemente por João XXIII, começa a jogar peso no trabalho de sindicalização rural, de organização dos trabalhadores do campo. Inicialmente os cristãos (leigos, sacerdotes e religiosos), vinculados à JUC (Juventude Universitária Católica) e à JEC (Juventude Estudantil Católica) orientavam-se em suas práticas pela Doutrina Social da Igreja, um tanto conciliadora e reformista. Porém, à medida que eles vão tomando contacto com as contradições do campo, com as explorações dos usineiros em cima dos trabalhadores rurais, eles começam a mudar os seus pontos de vista, começam a apontar as contradições e a denunciar a situação. A educação então que era conciliadora, se transforma progressivamente numa educação comprometida com as classes trabalhadoras. O MEB foi, até 64, uma experiência muito rica de EP (educou tanto os trabalhadores rurais, como os cristãos vinculados a esse processo). A partir

de 64, por pressão do próprio sistema, deixa de ser uma educação crítica e libertadora.

Uma terceira experiência de EP são os CPCs (Centro Populares de Cultura), ligados às Universidades e aos movimentos estudantis (UNE, UEEs etc.) Foi um dos espaços significativos que os estudantes da queles anos encontraram para trazer sua contribuição à emergência das classes trabalhadoras. Época de crise, de inflação alta, mas também de muita mobilização e de democracia. Os universitários, através dos CPCs, de teatro popular, de movimento de alfabetização tentavam devolver aos trabalhadores o privilégio de serem universitários num país de uma legião imensa de analfabetos. Eram grupos de estudantes bastante politizados, muitos ligados às tendências de esquerda, - que tiveram inclusive algumas dificuldades em suas práxis, pois já vinham com uma ideologia pronta e que riam impô-la. É inegável, porém, o mérito que tiveram os estudantes nesse processo de EP.

Estas são algumas experiências concretas de EP, dentro de um regime populista, onde a democratização começava de certo modo a avançar, a crescer, - onde os trabalhadores da cidade e do campo começavam a avançar.

Em 1964, acontece o golpe militar. Esse golpe significou a vitória da burguesia nacional mais moderna, aliada profundamente aos interesses da burguesia internacional mais avançada, sobre a burguesia nacional mais atrasada, que se apoiava num regime nacional desenvolvimentista. Significou o domínio do capitalismo monopolista sobre o capitalismo concorrencial. E para sustentar o predomínio desse novo tipo de capitalismo era preciso um governo forte, autocrático. E para tal são convidados os militares que se adequavam mais a essa nova visão do capital, bem como os economistas e tecnocratas "ad hoc" formados. Esse novo modelo não vai precisar dos trabalhadores para se manter politicamente; vai precisar sim reduzir o poder aquisitivo dos mesmos para poder se im-

plantar mais rápida e seguramente. Logo os trabalhadores mais combativos, bem como seus sindicatos serão controlados, os intelectuais mais comprometidos (incluindo estudantes, militantes da Igreja) serão tolhidos em suas iniciativas. Estava instaurado um novo modelo ditatorial em nosso país.

Ao lado da desmobilização dos partidos atuantes, dos sindicatos combativos, dos setores progressistas da Igreja, da intelectualidade, acontece também a desmobilização das experiências de EP. Ou melhor, o modelo vai impor outro tipo de educação popular, a partir de sua visão, de seus interesses. Vai impor o Supletivo, vai impor o MOBRAL, vai impor a escola profissionalizante, vai impor tipos de educação que ele considera populares, para, de certo modo, formar e adequar mão de obra favorável ao sistema que se estava instalando.

Para o modelo político que se implanta a partir de 64, a EP significa simplesmente ampliar as possibilidades de educação para as classes trabalhadoras, no sentido de trazer esse pessoal para o mercado de trabalho. Uma educação feita de cima para baixo, onde o Rádio e a Televisão vão ter uma função fundamental. Não é por acaso que a Rede Globo teve um desenvolvimento extraordinário durante esses anos todos de repressão. Ela se tornou um dos aparelhos mais orgânicos do Estado para desenvolver esse tipo de EP. Foi através dela que foram criados muitos projetos educativos que, por meio de suas mensagens ufanistas, moralistas, nacionalistas, visavam a integrar as massas aos valores do sistema vigente.

A medida que o capitalismo monopolista vai se implantando no País, o regime vai se fechando (vide 1968) e as conseqüências sociais para a maioria da população vão sendo cada vez mais problemáticas. Assim, à medida que o projeto capitalista multinacional vai invadindo o campo, através dos grandes projetos (Carajás, Tucuruí, Capemi etc.), os trabalhadores rurais começam a ser expulsos de suas terras,

começam a perder seu espaço geográfico, são expulsos para as periferias das grandes e médias cidades, se tornam exército de reserva industrial e rural. Ao mesmo tempo, começam a aumentar as contradições no interior do campo, a invasão dos grileiros, a resistência dos posseiros e o fenômeno dos bóias-frias, nos arredores das cidades.


Nas cidades, vai ocorrendo a supervalorização do solo, a terra se torna uma mercadoria mais cara e os trabalhadores das indústrias modernas são cada vez mais expulsos para as periferias das cidades, proliferando assim cortiços e favelas. Estão sendo gestadas pelo próprio sistema todas as condições das experiências de EP surgidas a partir dos anos setenta.

Por outro lado, vamos perceber o crescente empobrecimento de setores tradicionais da classe média. Alguns setores - mais de acordo com os rumos - do capitalismo monopolista - vão se enriquecer (tecnocratas, militares, economistas, gerentes e administradores das grandes empresas etc.), porém os funcionários públicos, os professores, assistentes sociais, psicólogos, intelectuais de um modo geral e o pessoal vinculado às atividades religiosas vão se empobrecendo progressivamente. Isso é muito importante para se entender também a vinculação desses setores da classe média, proletarizados, à luta mais ampla dos trabalhadores urbanos e rurais.

Apesar de todos os instrumentos de coerção e repressão em mãos do sistema, a implantação desse modelo econômico-político e social não se deu tranquilamente. Os trabalhadores da cidade e do campo, bem como os setores intermediários, vão esboçando suas reações dentro do possível no momento.

A Igreja Católica, excluída do processo político a partir de 64, vai progressivamente se tornando um espaço fundamental na organização dos trabalhadores. O regime, através da força, conseguiu calar os partidos e sindicatos combativos; conseguiu

cassar as lideranças e os intelectuais atuantes. Porém, não conseguiu dominar os setores progressistas da Igreja. Esta, possuindo estrutura nacional muito forte e onipresente, escapava dos controles da repressão. Os dirigentes nacionais conseguiam tirar - um reitor de Universidade e colocar em seu lugar um coronel; conseguiam cassar um líder sindical e colocar em seu lugar um comandante. Porém, não tinham - competência para tirar um D. Helder da arquidiocese de Olinda, ou um D. Paulo da arquidiocese de São Paulo e em seus lugares colocar outros "generais". Isso significava que a Igreja ainda gozava de certa autonomia frente ao regime. É no interior desse espaço-autônomo que os trabalhadores e os setores progressistas da classe média vão continuar seu processo - paciente de organização. De 1965 a 1968, com o apoio da Igreja, vão acontecer inúmeros movimentos reivindicativos e políticos, sobretudo em São Paulo, Nordeste e no Rio de Janeiro. Inicialmente, com a grande crise de desemprego dos anos 65 e 66, movimentos de trabalhadores urbanos no ABC, em São Paulo, em Pernambuco, a grande greve de Osasco, inclusive com a participação de padres operários. Nesse momento - foram muito importantes a participação e o apoio de Dom Jorge Marcos, bispo de Santo André e de Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda. Ao mesmo tempo (até 68), aconteceram os movimentos estudantis, seja reivindicando mais vagas na Universidade, seja apoiando a luta dos desempregados, seja lutando contra o regime ditatorial. Há reuniões da UNE e UEEs no interior de igrejas ou mosteiros, grandes passeatas e o apoio da Igreja às lutas estudantis.

 Com o reforço da repressão (dezembro de 68 até os anos 74) a atuação das classes populares e - dos setores intermediários vai se dando mais silenciosamente, pela imensa dificuldade em se manifestar. É nesse momento também que o espaço eclesial e religioso se torna fundamental para a continuidade da organização dos setores populares. Surgem as

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base -, sobretudo na periferia das grandes cidades, junto aos marginalizados pelo sistema, e nas zonas rurais atingidas pelas contradições do sistema capitalista que invade o campo. E com as CEBs, as inovadoras experiências de EP. As CEBs urbanas, criadas fundamentalmente a partir de uma motivação religioso-cristã, sem perder essa perspectiva, vão se desenvolvendo em termos de organização, a partir de outros movimentos: a luta pelos direitos humanos da população (trabalho, casas para morar, condições básicas de higiene e saúde, água, luz, esgoto, asfalto, condução para o trabalho etc.), a participação nos sindicatos (na criação de novos sindicatos ou na oposição sindical para derrubar as direções não combativas) e a participação nos partidos políticos (que apresentavam características ou espaços de uma atuação dos trabalhadores). Surgem os movimentos populares, a criação de inúmeras associações e de formas inventivas de levarem as suas lutas específicas. E em todos esses processos de luta, de reuniões, de assembleias, de estudos, de manifestações, de participação em greves, em campanhas eleitorais ... um importante espaço de EP, onde as pessoas ensinam e aprendem na prática concreta, onde lideranças novas vão surgindo, onde formas novas de organização e luta vão sendo inventadas e reinventadas. Nas zonas rurais, a partir das agudas contradições vividas pelos trabalhadores do campo ou pelos pequenos donos de terra, pelos posseiros, novas formas de lutas e de organizações vão sendo criadas, novas formas de resistência, sindicatos combativos etc. Nesse setor, a participação das CEBs também é fundamental para o surgimento e a continuidade do movimento dos trabalhadores rurais. Não queremos com isso dar à Igreja o monopólio no apoio e na articulação dos espaços de lutas dos trabalhadores e dos setores intermediários; queremos sim ressaltar a importância fundamental da Igreja, através de seus setores progressistas,

nesse momento difícil em que vivíamos.

Esses movimentos populares, surgidos no bojo da repressão dos anos 70 e que se intensificam - sobremaneira a partir de 75, começam a dar nova face à realidade política brasileira, trazem nova dinâmica ao País e se transformam numa frente de luta importantíssima na democratização nacional. É a partir e em conjunto com essa movimentação popular que começa a surgir um movimento sindical mais combativo, tanto nas cidades (veja a experiência do ABC, da oposição sindical de São Paulo), como no campo (veja o assassinato de inúmeros líderes sindicais rurais e indígenas), que surge a criação da CUT - Central Única dos Trabalhadores -, que surgem partidos, ou diretamente defendendo os interesses dos trabalhadores, ou com tendências ou espaços para as tendências populares. E todo o processo de EP informal que se foi realizando e que continua se realizando no interior das lutas e das organizações dos trabalhadores, nesse contexto concreto e histórico em que vivemos.

II - A Educação Popular como Educação de Classe

O segundo pressuposto básico da EP é o seguinte: a EP é uma educação de classe, ou seja, é a educação que é produzida pelas classes populares - ou junto com as classes populares, de acordo com seus interesses de classe.

Vamos tentar entender melhor esse pressuposto. Quando falamos em classes populares, estamos falando no operariado e no campesinato e estamos falando também nos bóias-frias, nos indígenas, nos peões da construção civil, nos sub-empregados, nos desempregados. É um conjunto amplo, maior que o proletariado e o campesinato europeu, que constitui a maioria da nossa população que habita os bairros, as periferias, as zonas rurais do País.

Quando falamos que a EP é a educação produzida pelas classes populares, estamos querendo dizer que esses grupos de pessoas - através de suas formas de resistência, de luta, de organização, através de suas associações, de seus movimentos, de seus partidos, de suas CEBs - se educam (ensinam e aprendem) em seu processo de vida e de sobrevivência. Estamos falando de uma educação informal, que acontece no cotidiano de suas vidas e de seus trabalhos e de suas vivências familiares e comunitárias. Acontece na lavoura, quando um agricultor ensina e aprende com outro agricultor; quando um grupo de agricultores se reúne para se defender da invasão dos grileiros; acontece na fábrica, ao pé da máquina, - quando os trabalhadores, embora tendo que desenvolver um trabalho bastante automático, encontram tempo para discutir e pensar, falar alto, se organizar e resistir à invasão do sistema. Estamos falando da aquela educação que se dá no bairro, quando as pessoas aprendem e ensinam a partir de suas lutas concretas, a partir daquelas reuniões onde se vai discutir o preço do esgoto e as pessoas começam a ter um aprendizado muito grande que os leva a ações concretas e políticas.

A EP é aquela que acontece nas CEBs, que acontece nas SABs, que acontece nos debates, nas assembleias, nas greves, nas eleições, nos piquetes de trabalhadores; afinal é uma educação assistemática, informal, que está no meio da vida, nos acontecimentos do dia a dia, e que se opõe, de certo modo, à educação formal, escolar, até certo ponto autoritária e veiculadora dos valores burgueses predominantes. É uma educação que quase não aparece na Academia, na Universidade, que não tem diploma, que não tem currículo, que não tem "status" de educação, mas que está se ampliando cada vez mais. E tem um teor político muito grande, porque são nessas assembleias, nessas decisões de greve ou de invasões que os trabalhadores vão aprendendo a se organizar, a re-

sistir às opressões dos dominantes.

Quando falamos em EP estamos falando também da educação que é feita em conjunto com as classes populares, portanto com a participação de pessoas, de instituições que vêm de fora da classe. Aqui entra em ação a vinculação orgânica de intelectuais e de instituições a serviço da organização dos trabalhadores. De todos aqueles que, mesmo não pertencendo às classes populares, por opção política colocam suas especializações, seus aprendizados em prol da luta dos trabalhadores. De todos aqueles que (professores, médicos, sanitaristas, psicólogos, advogados, engenheiros, sociólogos, jornalistas, artistas, religiosos) vinculados ou não a instituições, participam junto com as classes populares de suas lutas, de suas organizações, de seus avanços, de seus recuos.

Esse tipo de EP pode, em nível institucional, ser feito a partir do Estado ou a partir da própria sociedade civil. A EP feita através do Estado é aquela que acontece nas escolas, nas Secretarias de educação, de saúde, de promoção social etc., nas Rádios e TVs-Cultura. Esse espaço de educação, sistematicamente fechado durante os anos de repressão, começa a ser conquistado agora pelas classes trabalhadoras, a partir dos governos democráticos. Mesmo se questionando a democracia formal que está aí, é um espaço institucional muito importante, que deve ser conquistado e usado, a serviço do interesse dos trabalhadores. Lutar para que as escolas municipais, estaduais e federais, de todos os graus, se tornem escolas realmente democráticas e populares... eis uma bandeira importantíssima das classes trabalhadoras em seu processo de organização. Lutar para que os Centros de Saúde, os espaços da Secretaria de Promoção Social se tornem instrumentos que beneficiem, de fato, a maioria da população.

→ A segunda maneira de se fazer EP, em nível institucional, é através da imensa rede de organizações que constituem a chamada sociedade civil, ou se

ja, através dos Sindicatos, dos Partidos Políticos, das Igrejas, das Universidades, das Rádios etc.; através de publicações, de comunicação popular, de audiovisuais, de teatro, de arte, de dança, de programa de alfabetização de adultos, de tecnologia alternativa, de festas populares, de milhares de mecanismos pelos quais a sociedade civil tem condições de educar os trabalhadores e os filhos dos trabalhadores e se educar conjuntamente.

Hoje em dia, cada vez mais aumenta essa perspectiva de serviço das instituições. As faculdades vinculadas à Igreja Católica e às Igrejas Protestantes (- no meu caso a UNIMEP, vinculada à Igreja Metodista) começam a desenvolver trabalhos de EP junto aos moradores de bairros e sobretudo da periferia. São experiências em diversas áreas (EP, tecnologia apropriada, alfabetização de adultos, pré-escola, estágios nas áreas de saúde, de ciências exatas etc.) onde as classes populares aprendem muito, mas sobretudo aqueles que entram em contato com elas aprendem muito mais e tentam trazer para o interior da Universidade problemas concretos, reais que atingem a população brasileira.

Esse contato direto que estudantes, professores, religiosos e leigos estão tendo com as classes trabalhadoras, é altamente educativo. O mesmo se diga em relação aos Sindicatos, aos Partidos, às Igrejas, que superam ou tentam superar seus quadros intermediários e procuram se tornar instituições de massas, educando politicamente seus membros. São essas pessoas e essas instituições que têm possibilidade de se desenvolverem historicamente e que se transformam, progressivamente, em instrumentos básicos da classe trabalhadora, em seu processo de organização e libertação.

O último ponto dessa conceituação de EP é o seguinte: a EP é feita pelas classes populares ou junto com elas, de acordo com seus interesses de classe. É outro ponto importante que constitui a EP. Não

adianta você ou uma instituição fazer um trabalho na periferia, mas a partir dos valores ou da ideologia da classe dominante ou da classe média. A EP tem - que ser feita a partir dos interesses das classes - populares. Não adianta pensarmos assim "Nós somos um grupo de esquerda, nós temos a teoria na cabeça, nós já sabemos como é que vai se dar o processo histórico, então o negócio é passar isso para os trabalhadores". Isso não é EP. Paulo Freire chama essa metodologia de "extensionista", pois significa o seguinte: - "Nós somos os que sabemos, os trabalhadores são os - que não sabem". Acho que não é por aí.

É muito importante isso. Muitas vezes, a visão teórica aprendida na Universidade, em livros, nos deu uma perspectiva estrutural, de conjunto, de como se dão as mudanças históricas, revolucionárias. E então nos aproximamos das classes trabalhadoras com essa visão estrutural e não somos capazes de compreender e de participar dos problemas mais imediatos que constituem o cotidiano dos trabalhadores.

É fundamental que no trabalho de EP se parta justamente dos interesses imediatos, próprios das classes populares e a partir daí, num processo de - aprendizagem mútua, se passar para uma visão estrutural. A EP deve vir dos interesses deles e não dos interesses nossos, de camada intermediária. Está aí justamente um dos pontos fundamentais, a partir do qual as classes populares conseguem ganhar os seus aliados junto a pessoas e instituições fora de sua classe. Mas eles sempre é que devem conduzir o processo de mudança e de transformação radical.

III - Realização Histórica da Educação Popular

Relacionado com os pressupostos anteriores, é preciso levantar e esclarecer outros itens da realização histórica da EP, enquanto instrumento de classe.

A EP tem que ser histórica, ou seja, está intimamente correlacionada com o desenvolvimento - das forças produtivas e das relações sociais de produção. Não se pode desenvolver um tipo de EP nas zonas rurais matogrossenses da mesma maneira que aqui, na periferia de Sorocaba. Ela deve partir da realidade histórica e concreta de cada grupo, de cada comunidade. Não existe um roteiro pronto de como deve ser a EP em todo o Brasil. O que existe são diretrizes, pontos de vistas, experiências realizadas. O que existe é uma metodologia que está sendo criada e inventada na práxis social. Cabe às pessoas e às instituições que trabalham na EP continuar esse processo de invenção ou de reinvenção, sempre respeitando a situação de cada grupo, de cada comunidade.

A EP é classista. Se é uma educação a serviço dos interesses das classes populares, não pode ser uma educação para a classe média ou a partir das orientações da classe média. Se é uma EP, ela não deve veicular os valores dominantes que permeiam os aparelhos ideológicos do Estado. É uma educação das classes populares, enquanto um instrumento que lhes forneça condições de conhecer melhor sua realidade, seus interesses e orientar assim suas lutas de organização e transformação da realidade opressora e repressora.

Nesse sentido, ela será eminentemente política, ou seja, tomará partido, não será neutra. Paulo Freire ressalta muito esse aspecto da EP. Sendo um instrumento político, ela deve estar articulada com todos os outros instrumentos de luta que os trabalhadores vão criando, em suas exigências e necessidades.

É uma educação transformadora, libertadora. Enquanto as classes que estão no poder querem - inclusive através da educação - manter a situação do jeito que está, sustentando portanto esse capitalismo selvagem que está aí, oprimindo os trabalhadores, as classes populares buscam - através da EP - trans

formar radicalmente as estruturas sociais, econômicas e políticas atuais. A EP deve conduzir às mudanças qualitativas e estruturais. Não deve se contentar apenas com reformas, embora muitas vezes as reformas sejam caminho para transformações radicais. - Nesse sentido, à medida que transforma, liberta e humaniza as pessoas e as estruturas.

A EP é democrática. Ao contrário da maioria das escolas, das Igrejas, dos Partidos, dos Sindicatos, onde as decisões são tomadas de cima para baixo, a partir de uma cúpula, de uma minoria, no processo de aprendizagem popular as decisões são tomadas com a participação de todos. Veja o exemplo das assembleias populares. O voto do padre, da freira, do agente ou do líder vale tanto quanto um voto do peão, da lavadeira, do sapateiro. As coisas são decididas em conjunto, todos se sentem valorizados e os responsáveis pela direção são escolhidos democraticamente. Trata-se, pois, não de uma democracia burguesa que exclui inúmeras pessoas das decisões fundamentais da comunidade, mas sim de uma democracia popular, onde todos os presentes têm condições de voz e de voto, de dirigir e de ser dirigido. Há uma igualdade de direito, de participação, sob forma anti-elitista, não massificadora.

A EP relaciona a teoria com a prática, o trabalho com a educação, ou seja, é uma educação que parte dos problemas concretos, das necessidades mais imediatas da população, que parte do próprio trabalho. As pessoas se educam a partir do bairro onde moram, onde lutam pelos seus interesses. A partir dos sindicatos, das fábricas onde trabalham, das igrejas e das comunidades que frequentam. Uma educação que nasce da prática e se volta para a prática. Enquanto a ideologia dominante, historicamente, se empenha em dividir a teoria da prática, em separar o trabalho intelectual do manual, em separar os que pensam e os que fazem, para manter as divisões de classes existentes em nossa sociedade, a EP caminha

na direção oposta, procurando justamente fazer o contrário.

A EP objetiva a realização de um poder popular, de um projeto alternativo de sociedade. A medida que ela denuncia um sistema que explora, que exclui, que marginaliza grande parte da população, ela anuncia um novo modelo de sociedade, sem explorados e sem exploradores, uma sociedade onde o poder vai estar na mão do povo. Utopia para os cristãos, sonhos para alguns, ilusão para outros, é por aí que apontam as metas da EP. É uma direção; para lá se caminha. E enquanto se busca esse ainda-não, se constroem no cotidiano as suas possibilidades e probabilidades.

Dentro da realização histórica da EP, é importante salientar que ela renova, reinventa a educação tradicional. Reinventa, porque parte das necessidades concretas das pessoas. À medida que um bairro começa a se reunir, a se organizar para solucionar um problema seu (por ex. a questão da falta de esgoto), ele começa a ser exigente, quer saber por que está acontecendo aquele problema com ele, por que está faltando água, quem é o responsável por aquilo, por que o SAAE ou a SABESP não tomam providências; o que é o SAAE ou a SABESP e outras questões mais.

À medida que começam a conhecer o que é o SAAE, o que é a SABESP, eles querem conhecer quem está por detrás dessas autarquias. É o Município? É o Estado? Como é que funciona um Município? Por que o Município explora assim os moradores da periferia? Por que falta água aqui no bairro e não no centro?

À medida que eles começam a conhecer o Município, eles querem conhecer os elementos da estrutura econômica, da estrutura política, o que acontece naquela cidade, no País, a respeito desses assuntos? Por que existe o problema da água para os bairros da periferia? Por que não têm dinheiro para pagar o preço que lhes pedem pela água? Por que uns têm melhores condições de vida que outros? etc., etc., etc., etc.

Ou seja, começa-se a questionar a estrutura econômica da cidade, do País. Passa-se de uma necessidade concreta, imediata, para uma visão de conjunto e até para uma visão de estrutura. Começa-se a perceber que não é importante apenas lutar pela água. Deve-se lutar também para que o SAAE atenda melhor a população, para que os moradores do bairro participem realmente no estabelecimento da política municipal.

Tudo isso se dá dentro de um processo intenso de aprendizagem, com debates, reuniões, assembleias, onde o pessoal vai sentindo a necessidade de se organizar, de criar suas associações de bairro, de se vincular a um sindicato, a um partido político ou a outros grupos que estão nessa mesma luta. É um aprendizado muito importante. Paulo Freire ressalta: "Partir do problema concreto e atingir devagar o problema mais amplo, universal". Parte-se de uma necessidade imediata e atinge-se uma visão política mais ampla. E quanto em tudo isso é fundamental a participação do técnico, do intelectual para subsidiar as discussões, para levantar dados, para ajudar os moradores do bairro! Quanto ele aprende também em todo esse processo!

Outro ponto notável: o surgimento de uma nova Pedagogia. Ao contrário das pessoas das classes média e alta, a maioria das pessoas que vive num bairro de periferia não sabe ler nem escrever. Ou se sabe ler, tem muita dificuldade de ler um texto. É por isso que a EP deve privilegiar o código oral, a palavra, os gestos, a dramatização. Nesse sentido ganha importância o rádio, a tv, os meios de comunicação oral, o contato interpessoal através da conversa, da visita, do encontro, do convívio. Vinculado a isso, os grupos populares começam a fazer outro aprendizado importante: a valorização do coletivo na cena histórica. Assim, os moradores de periferia quando fazem a reivindicação da água diretamente ao SAAE ou à Prefeitura, não vão em pequenos grupos a esses lugares. Vão em número significativo. Se é durante a

noite ou fim de semana, vai todo o mundo que pode. Se é durante o dia, vão as mulheres, as crianças maiores e os desempregados. Vão em número significativo, cinquenta, cem pessoas e muitas vezes em passeatas com cartazes e tudo. Aí o prefeito diz assim: - Quero conversar com uma comissão. Quem são os cabeças do movimento? - Os cabeças somos todos nós, quer dizer, aqui não tem nenhuma cabeça. Todos nós queremos conversar. O problema é de todos.

De repente, a própria autoridade se sente incomodada. Ela está acostumada a conversar com dois ou três representantes do bairro e, através de suas argumentações, de seus arrazoados, convencer essas duas ou três pessoas. Ela vai ter que enfrentar cinquenta ou cem pessoas. Então começa a surgir um novo tipo de relacionamento entre populares e autoridade, muito mais eficiente e participativo.

No movimento de que participei, recentemente, em Rio Claro, em que moradores de determinado bairro de periferia reivindicavam preço menor para o esgoto, aconteceu um fato interessante. Depois de o assunto ser debatido no jornal e na rádio locais, depois de os moradores terem feito abaixo assinado e ido ao DAAE, então o prefeito resolveu aparecer no bairro, sem avisar ninguém. Apareceu à noite, junto com o responsável pelo DAAE e se encaminhou diretamente para a casa da Cida, uma das líderes do bairro naquele movimento. Ele queria conversar só com a Cida e "fazer a cabeça" dela. Mas ela falou: - "Espera aí que eu vou chamar o pessoal". Em pouco tempo apareceram umas trintas pessoas. O prefeito teve tempo à vontade para falar, mas depois teve que ouvir bastante e dar explicações aos moradores. Foi interessantíssimo. E uma das orientações que o próprio pessoal assumiu, em assembléia, foi a seguinte: que ninguém deveria conversar com nenhuma autoridade a respeito do esgoto, sozinho. Se aparecesse alguma, durante o dia ou a qualquer hora, deveria dizer: - "Eu não tenho autorização do grupo para con-

versar com você sobre o esgoto. Venha a tal hora, que o pessoal estará aqui esperando, para discutir o as sunto."

Tudo isso é um aprendizado novo, porque o pessoal tem condições de, coletivamente, fazer suas exigências, de questionar e de conseguir seus inten tos, que foi o que aconteceu com os moradores desse bairro de Rio Claro, de que estou falando.

Enfim, quero destacar outro aspecto importante: o relacionamento entre liderança e base. Torna-se mais democrático. Em geral, as decisões são processadas por aclamação, por consenso. Aqueles que querem ser autoritários, que começam a fazer o jogo do poder, caem logo na desconfiança do grupo. Assim, quando alguns políticos ligados ao PDS ficaram sabendo do movimento, de sua organização, do apoio do PT ao mesmo, eles foram conversar com a Cida para o ferecer-lhe, se ela achasse importante, a presença-da TV Campinas, para que documentasse o fato, e que eles arranjariam faixas, cartazes e ajudariam até a levar os moradores à Prefeitura. Cida respondeu assim: - "Nós fizemos as coisas até agora sem os polí ticos, e vamos continuar assim até o fim". Quer di-zer, se Cida tivesse concordado com eles, ou recebesse algum benefício por fora, para favorecer os interesses desses políticos, o próprio pessoal iria desconfiar dela e iria afastá-la da liderança do mo vimento.

Outros pontos existem importantes dessa no va Pedagogia que vai surgindo criativamente no meio da EP, como o relacionamento entre partido e clas - ses populares, a problemática da Educação Política, o relacionamento entre intelectuais e massas popula res, mas não quero e não devo me estender mais. Ficam para uma outra oportunidade.